



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **954/2019**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada, no dia 22/08/2019 às 10:30 horas, visita técnica ao CRAS Senhor dos Passos, situado na Rua Evaristo da Veiga, número 239 no bairro Lagoinha, com o objetivo de verificar infraestrutura, equipe de atendimento e os serviços prestados na unidade.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019

Pedro Patrus

Vereador PT

Ao Senhor  
Vereador Pedro Patrus  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

<b>Proposição Inicial</b>
<b>Avulsos distribuídos em:</b>
09 / 08 / 19
<i>Chg. J. P. A. O.</i> 553
Responsável pela distribuição



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### Requerimento de Comissão

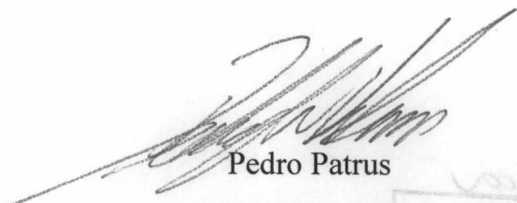
REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

**955/2019**

Senhor Presidente,

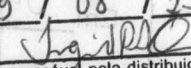
Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada, no dia 22/08/2019 às 10:00 horas, visita técnica ao CRAS Pedreira Prado Lopes, situado na Avenida José Bonifácio, número 189 no bairro São Cristóvão, com o objetivo de verificar infraestrutura, equipe de atendimento e os serviços prestados na unidade.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019

  
Pedro Patrus

Vereador PT

Ao Senhor  
Vereador Pedro Patrus  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
09 / 08 / 19
 - 593
Responsável pela distribuição

CHEH\_DIREG-09/ago/19-15:50:34-006526-1



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

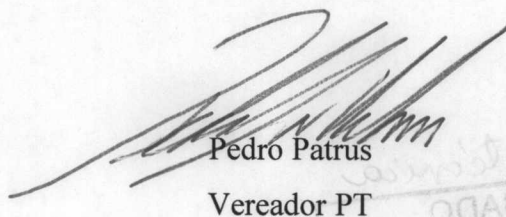
### Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº  
**956/2019**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada, no dia 29/08/2019 às 10:00 horas, visita técnica ao CRAS Mariano de Abreu, situado na Rua Cinco de Janeiro, número 115 no bairro Mariano de Abreu, com o objetivo de verificar infraestrutura, equipe de atendimento e os serviços prestados na unidade.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019



Pedro Patrus  
Vereador PT

Ao Senhor  
Vereador Pedro Patrus  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
09 108 119  
Am/ 600  
Responsável pela distribuição

CMBH\_DIRLEG-09/ago/19-15:50:51-006527-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

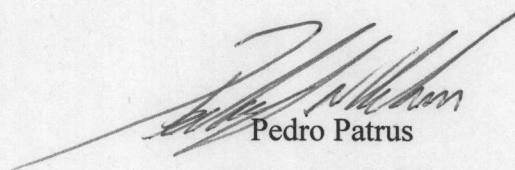
## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**957/2019**

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019



Pedro Patrus

Vereador do PT

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>09/08/2019</u>
<u>B 654</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

CHBH\_DIRLEG-09/ago/19-15:51:05-000528-1





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 95719, de autoria do Vereador Pedro Patrus, apresenta à Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania para:

Considerando os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e conceitos e parâmetros do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alguns eixos devem nortear a organização e o desenvolvimento do trabalho social nos serviços do CREAS. Além do desenvolvimento das atividades no âmbito dos Serviços ofertados, tais eixos devem consubstanciar, ainda, o processo de implantação, organização e funcionamento da Unidade.

As realidades locais possuem uma relação dialética com as bases organizacionais, estruturais e culturais da própria sociedade brasileira. O território é um espaço contraditório, pois ao mesmo tempo é o lugar onde se produz e reproduz exclusão e violência e também onde se viabilizam oportunidades, onde as famílias e comunidade aglutinam forças e sinergia para o exercício da cidadania, na busca da efetivação dos seus direitos políticos e sociais. Conhecer o território e suas especificidades constitui elemento fundamental para a definição, por exemplo, do melhor local para a implantação do CREAS, bem como para a definição e organização dos serviços e do trabalho social na Unidade.

Ao fixar-se em determinado local, o CREAS torna-se referência para as famílias e os indivíduos do seu território de abrangência. Essa referência contribui para estabelecer um canal de comunicação e confiança com as famílias, que identificam na Unidade um espaço de proteção no meio em que vivem e convivem. Assim, mudanças de local de funcionamento da Unidade podem acarretar em dificuldades de acesso por



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

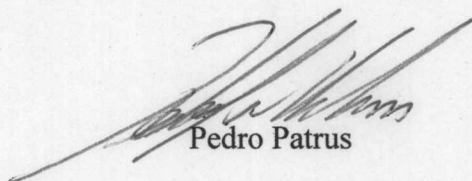
parte dos usuários atendidos e até mesmo em descontinuidade do atendimento, principalmente se a unidade for deslocada para um local distante.

A mudança de localização do CREAS no ano de 2018, de acordo com as(os) trabalhadoras(es) e usuárias(os) dos serviços, foi avaliada de forma muito negativa, sobretudo, quanto à dificuldade de acesso ao endereço instalado, considerando o público atendido e acompanhado pelo SUAS, principalmente idosos com limitada capacidade de locomoção; gestantes; crianças e adolescentes, além de pessoas com deficiência. O Fórum de Trabalhadoras(es) e Fórum de Usuárias(os) defendem o atendimento em um imóvel localizado no centro da regional Barreiro, onde as pessoas tem mais linhas de ônibus disponíveis, assim como proximidade com outros equipamentos importantes para a política de assistência social, como o Restaurante Popular e Caixa Econômica, onde as cidadãs e cidadãos recebem o benefício do Bolsa Família. Uma maior proximidade das famílias aos CREAS abrir um campo favorável para que o trabalho atinja seus objetivos.

Dessa forma, sugerimos a mudança da unidade do CREAS e dos serviços regionais de Assistência Social para um local que esteja de acordo com os princípios e diretrizes do SUAS, ou seja, que garanta maior acesso das famílias referenciadas, de forma a aproximar os serviços das(os) usuárias(os), com instalações compatíveis com os serviços ofertados.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019



Pedro Patrus

Vereador do PT

À Senhora Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a)
<u>Requerimento de Comissão</u>
nº <u>957</u> / <u>2019</u>



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

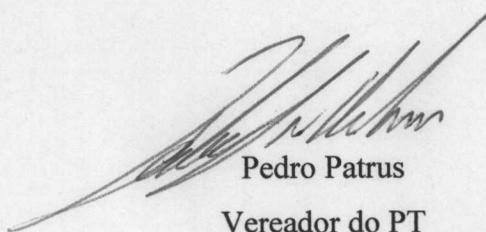
REQUERIMENTO Nº

**958/2019**

Senhor (a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor que apresente, nos termos do art. 129, I do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019

  
Pedro Patrus  
Vereador do PT

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>09/08/2019</u>
<u>B 654</u>
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

CBEH\_DIREC-09/ago/19-15:51:23-006529-1





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhor Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 958/19, de autoria do Vereador Pedro Patrus, apresenta à Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania para que sejam considerados os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e conceitos e parâmetros do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alguns eixos devem nortear a organização e o desenvolvimento do trabalho social nos serviços do CREAS.

De acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS: “A infraestrutura física dos CREAS deve ser compatível com os serviços ofertados, recursos humanos disponíveis e capacidade instalada para atendimento às demandas que emergem no seu território de abrangência. Os espaços do CREAS devem dispor de quantidade e dimensões suficientes. Para além do espaço físico, o desenvolvimento das ações no CREAS exige a disponibilização de equipamentos e recursos materiais essenciais. Os espaços do CREAS devem ser organizados de forma a favorecer a acolhida, a expressão e o diálogo entre equipe e usuários, bem como garantir atendimento em condições de privacidade, sigilo e dignidade. Esses espaços devem, ainda, estar adaptados para atendimento a usuários nos diferentes ciclos de vida, e oferecer acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, a exemplo de pessoas com deficiência, idosos e gestantes.”.

Considerando a visita técnica realizada no dia 23/05/2019 por esta Comissão, e a discussão no Fórum das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS de Venda Nova – FORTSUAS-VN realizada no dia 11/07/2019, indica-se:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1. Adequação da área externa e interna da edificação considerando a Lei 10.098/2000, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
2. Manutenção corretiva do telhado e do forro de edificação, em especial a manutenção da fiação exposta, observando os materiais utilizados para que evitem a retenção de calor nas salas e resolva os diversos pontos de infiltração e goteiras contínuas em dias de chuva.
3. Manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio, bem como sinalização de segurança e rota de fuga.
4. Adequação do espaço específico da recepção do CREAS, com reserva de espaço apropriado para a acolhida e espera de usuários e usuárias dos serviços.
5. Adequação das salas de atendimento para garantir a devida privacidade e sigilo profissional.
6. Conserto dos aparelhos de ar-condicionado, estabelecendo o devido contrato de limpeza e manutenção periódicas dos mesmos.
7. Substituição dos computadores por equipamentos que possuam sistema operacional atualizado e processamento suficiente para os programas utilizados, em especial o SIGPS (Sistema de Gestão das Políticas Sociais).
8. Substituição do mobiliário antigo e desconfortável tais como mesas, cadeiras e armários.
9. Aquisição de impressora para uso exclusivo dos serviços do CREAS.



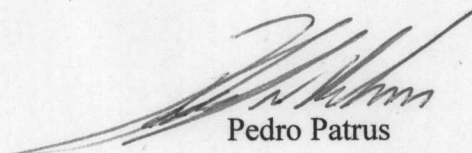


## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

10. Articulação com a Gerência de Zoonoses e/ou outras parcerias para resolver o problema da infestação de escorpiões nas dependências do equipamento.
11. Recomposição da Equipe de Referência dos serviços ofertados pelo CREAS.
12. Recomposição da escala da Guarda Municipal com objetivo de ponto permanente na Regional.

Segue, anexo, o mencionado Requerimento.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019



Pedro Patrus

Vereador do PT

Proposição originária de decisão da comissão relativa ao(a)
<i>Requerimento de Comissão</i>
nº <u>958</u> / <u>2019</u>

À Senhora

Vereadora Nely Aquino

Presidenta da Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**Requerimento de Comissão**  
REQUERIMENTO DE COMISSÃO N° \_\_\_\_\_

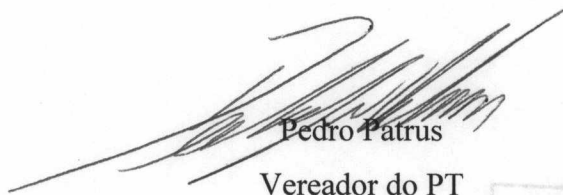
**959/2019**

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Resolução 812/2019 que pretende criar a Comissão da Infância, Adolescência, Juventude, Família e Idoso, retirando, dessa forma, competências importantes da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, a ser realizada em datas, horários e local a serem definidos na data da apreciação deste requerimento.

A lista de convidados será encaminhada posteriormente.

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2019.

  
Pedro Patrus  
Vereador do PT

Ao Senhor

Vereador Pedro Patrus

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
09 / 08 / 19  
Responsável pela distribuição



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

#### Parecer em segundo turno sobre o projeto de Lei nº 1712/2015

#### RELATÓRIO:

O Projeto de Lei de nº 1712/2015, de autoria do Vereador Juliano Lopes, que "Altera a Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", foi protocolizado e, após ser autuado com a devida instrução, foi encaminhado às Comissões de Legislação e Justiça, Meio Ambiente e Política Urbana, Administração Pública e a esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para a emissão de pareceres sobre o projeto.

Emitido o parecer pelo relator da Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, tem-se que este fora aprovado. Para a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, o relator concluiu pela aprovação, assim também o concluiu o relator da Comissão de Administração Pública. O relator, à época designado pelo então e atual presidente desta Comissão, não ofertou o parecer, tendo esta Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor perdido o prazo.

Levado ao Plenário para votação em primeiro turno, tem-se que o texto deste Projeto de Lei em tela fora aprovado.

Foram apresentadas tempestivamente, antes da aprovação em primeiro turno, duas Emendas, pelas Vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves.

Oportunamente, fora requerido por ambas as vereadoras autoras das emendas a retirada de tramitação da Emenda de nº 02, pelo que fora acolhido pela Presidente da Câmara Municipal.

Tramitando em segundo turno, recebeu parecer pela regimentalidade, legalidade e constitucionalidade, do relator da Comissão de legislação e Justiça. Pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, o relator requereu diligência para obtenção de informações junto a Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

A Secretaria Municipal de Política Urbana, por sua vez, respondeu intempestivamente às informações solicitadas.

A Comissão de Administração Pública, por sua vez, emitiu parecer favorável a aprovação da emenda substitutiva nº 1.

CHM\_DIREG-29/jul/19-12:58:56-006316-1

*nilp*



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Encaminhados a esta comissão, fui designado relator pelo presidente, vereador Pedro Patrus, para emissão de parecer sobre a emenda substitutiva nº 01.

Assim, nos termos do artigo 85 do Regimento Interno, passo a opinar.

### FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei 1.712/2015 em análise recebeu duas emendas, sendo que uma foi retirada pelas autoras, a saber, emenda supressiva nº 02, permanecendo a emenda substitutiva nº 01.

Em relação a esta emenda substitutiva nº 01, entendo que a matéria desta emenda possui ampla correlação com os Direitos Humanos que abrange o Princípio da Dignidade do Trabalho, que decorre do Princípio da Dignidade Humana, conforme previsto na Constituição da República.

Ao reduzir o prazo para licenciamento, inicialmente previsto no texto do Projeto de Lei 1.712/15, de 25 (vinte e cinco) anos para 5 (cinco), a Emenda Substitutiva nº 01 promove um justo equilíbrio para o licenciamento do exercício de atividades remuneradas em logradouros públicos, proporcionando uma maior equidade e oportunidade a todas as pessoas que exercem como labor a atividade comercial abrangida no artigo 121 do Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

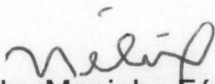
Ao ser aprovado, esta Emenda Substitutiva nº 01 torna o Projeto de Lei 1.712/15 mais adequado, com menos distorção em relação à Legalidade.

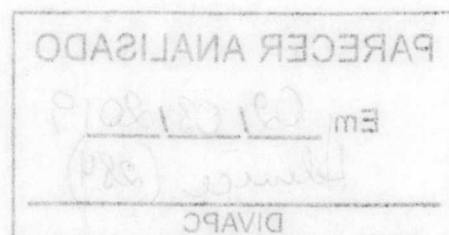
### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, nos aspectos que compete a esta comissão examinar, opino pela aprovação da Emenda Substitutiva nº 01

É o parecer.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2019.

  
Vereador Maninho Félix  
PSD







## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

#### PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 740/2019

#### RELATÓRIO

De autoria do Ver.(a) Fernando Borja; Ver.(a) Álvaro Damião; Ver.(a) Autair Gomes; Ver.(a) Bim da Ambulância; Ver.(a) Catatau do Povo; Ver.(a) Cláudio Duarte; Ver.(a) Dimas da Ambulância; Ver.(a) Eduardo da Ambulância; Ver.(a) Flávio dos Santos; Ver.(a) Hélio da Farmácia; Ver.(a) Jorge Santos; Ver.(a) Professor Juliano Lopes; Ver.(a) Juninho Los Hermanos; Ver.(a) Maninho Félix; Ver.(a) Marilda Portela; Ver.(a) Pedrão do Depósito; Ver.(a) Preto; Ver.(a) Ramon Bibiano da Casa de Apoio; Ver.(a) Reinaldo Gomes; Ver.(a) Wesley Autoescola, veio à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 740/2019, que *“Dispõe sobre a utilização de banheiros, vestiários e demais espaços reservados, de acordo com a identidade de gênero, nas repartições públicas e instituições privadas em geral, instaladas no âmbito do Município de Belo Horizonte”*.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação e Justiça, à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor e à Comissão de Administração Pública.

Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, foi designado relator o vereador Irlan Melo que optou por devolver a relatoria ao Presidente da Comissão, que, por sua vez, designou para relatoria o vereador Coronel Piccinini. O projeto perdeu o



prazo na Comissão de Legislação e Justiça sem apreciação do parecer, fato que prejudica a análise do projeto, tanto nas comissões de mérito quanto em plenário.

Distribuídos os avulsos à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, fui designado relator para análise da matéria conforme alínea “a” e “d” do inciso VIII do art. 52, do Regimento Interno. Propus que o projeto fosse baixado em diligência no formato de pedido de informação. Após o prazo para respostas e de posse do brilhante parecer jurídico do Diverso - UFMG, passo à fundamentação do meu parecer.

### FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em análise objetiva vedar a utilização de banheiros, vestiários e demais espaços reservados de uso público, identificados como MASCULINO e FEMININO, disponíveis em espaços, instituições de ensino, repartições públicas e estabelecimentos privados em geral, de acordo com “a identidade de gênero”, definida pelos autores como “o conceito pessoal, individual, psíquico e subjetivo, **divergente** (grifo nosso) do sexo biológico, adotado pelo indivíduo”. Definição esta que restringe o conceito de gênero, já responsável e amplamente discutido por acadêmicos e sociedade civil no mundo todo, a uma não correspondência entre sexo biológico com a autopercepção e a forma de expressão social dos sujeitos, fazendo com que o conceito sirva apenas à categorização das pessoas transexuais, desconsiderando correspondência entre esses elementos presentes nas pessoas cisgênero, como didaticamente apresentou o documento de diligência do DIVERSO. Trata-se, portanto de um erro conceitual ou da utilização retórica do referido conceito, sem o rigor ético e conceitual necessários a uma discussão dessa natureza.

Há que se ressaltar ainda que, as pessoas intersexuais, com bem definidas pela resposta do grupo DIVERSO, representam um questionamento à pretensa normatização dos corpos segundo um paradigma meramente anatômico-biológico. Nesse sentido, para além da presença das pessoas intersexo, está justo afirmar que os corpos humanos, dado a capacidade dessa espécie de produzir significados distintos às suas experiências, não podem ser apostilados apenas a partir dos contornos anatobiológicos, mas carecem da compreensão social que a cultura emprega.

Neste ponto é fundamental demarcar que esta comissão norteia-se, por princípio ético, nas normativas constitucionais e nos inúmeros tratados de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, mas também pela consideração da dinâmica e complexa constituição humana, entendida sobretudo como imersa em contextos sócio-históricos e na conservação da dignidade do ser humano em suas múltiplas manifestações, interpelada por eles.

Com efeito, o projeto em tela tende a restringir em padrão de normalidade as identidades de gênero e em nome do binarismo sexual, pretendido foi, adequar as pessoas em padrões hegemônicos, sob a égide da anatomia, prejudicando, por conseguinte, a possibilidade da vivência cidadã e a expressão existencial na cidade, para sujeitos marginais a essa perspectiva social, amplamente questionada. A cidade, como o lugar da diversidade, deve ser pensada para que todas as pessoas possam viver suas experiências existenciais de forma o quanto mais plena possível, guardando-se sempre o direito áureo da dignidade humana. Assim, “a presença de uma ‘constituição sexual’, diferente da socialmente imposta, não tem o poder de diferenciar um sujeito em relação a todos os outros, principalmente no que diz respeito a seus direitos e garantias fundamentais”, como afirmou CUNHA (2018), citado na resposta de diligência do DIVERSO.

Para além dessa marcação ética e conceitual, cabe aqui asseverar que a Suprema Corte já iniciou o julgamento do RE 845779, oriundo de um processo de danos morais movido por uma mulher transexual contra um shopping do sul do país que a proibiu de utilizar o banheiro feminino, após demarcar a necessidade de se discutir os direitos das pessoas transexuais serem tratadas socialmente de forma condizente com a sua identidade de gênero. O Ministro Luiz Roberto Barroso, após reconhecer a injustiça causada à mulher transexual, dando voto a ela favorável, dimensionou três fundamentos necessários para se conferir às pessoas transexuais o direito de serem tratadas socialmente de acordo com a sua identidade de gênero; quais sejam: a dignidade como valor intrínseco; a dignidade como autonomia e a proteção das minorias.

Embora o projeto em tela se assemelhe a iniciativas legislativas de natureza discriminatória, sobretudo em relação às minorias sociais, e possa encontrar pares que se vinculem moralmente a ele, a sua tomada no campo ético tem apontado para discussões distintas no âmbito do Poder Judiciário, que por sua vez tem se apresentado, até então, com comprometimento com o seu papel de resguardo da constitucionalidade. Com efeito, como demarcado na resposta da diligência do Diverso, a aprovação do projeto em tela “só servirá para colocar em xeque a produção normativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que terá questionada a constitucionalidade da medida (e, seguindo a linha apresentada, a resposta do Judiciário não parece muito difícil de prever)”.

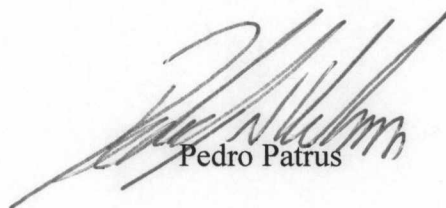
Se de um lado possam emergir já conhecidos discursos retóricos que versam no sentido de que a presença de uma transexual causaria constrangimento ou risco às demais mulheres – argumentos muito bem desconstruídos pelo Ministro Barroso – de outro, uma realidade se impõe a esta discussão: vivemos um cenário de perseguição às minorias, de uma LGBTIfobia estrutural e de desigualdades sociais. Assim, proposição

em análise vem corroborar para o agravamento do já preocupante cenário do genocídio das periferias e da perpetuação das desigualdades sociais. Com efeito, o recorte não é apenas transfóbico, mas também social, como bem apontado tanto pelo CELLOS como pelo DIVERSO, nas respostas de diligência.

## CONCLUSÃO

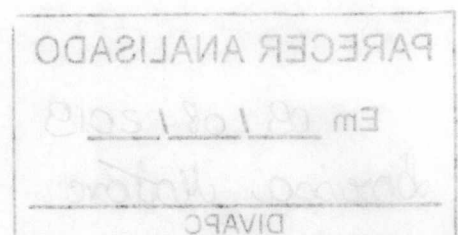
Diante do exposto o parecer é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 740/2019.

Belo Horizonte, 02 de julho de 2019



Pedro Patrus

Vereador do PT





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

#### PARECER EM PRIMEIRO TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 747/2019

#### RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo via Mensagem nº 05/2019, veio à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para emissão de parecer o Projeto de Lei nº 747/2019, que *“Autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais e dá outras providências.”*

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação e Justiça, à Comissão de Administração Pública, à Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana e à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça, foi designado relator o vereador Autair Gomes que emitiu parecer pela Constitucionalidade, Legalidade e Regimentalidade, que por sua vez foi aprovado pela Comissão.

Distribuídos os avulsos à Comissão de Administração Pública, foi designado relator o vereador Juliano Lopes que apresentou e foi aprovado, parecer favorável à proposição.

Distribuídos os avulsos à Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, fui designado relator para análise da matéria conforme alínea “e” e “j” do inciso VIII do art. 52, do Regimento Interno. Propus que o projeto fosse baixado em diligência no formato de audiência pública para discutir com os permissionários, Dessa maneira, passo à fundamentação do meu parecer.



## FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em análise pretende autorizar o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais da cidade. São eles, Mercado Distrital do Cruzeiro, Central de Abastecimento Municipal, Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – Mercado Popular da Lagoinha, Feira Coberta do Padre Eustáquio, Mercado Distrital de Santa Tereza e o 4º andar do Mercado Novo. O projeto garante ainda a permanência por até 60 (sessenta) meses dos atuais permissionários e transmite para o concessionário quaisquer ônus que essa permanência possa gerar. Define ainda que os valores atuais e reajustes acordados devem ser mantidos pelo mesmo prazo.

A autorização legislativa é prevista pela Lei Orgânica do Município:

Art. 84 - Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXV - aprovar, previamente, a alienação ou a concessão de bem imóvel público;

Para fundamentação desse parecer, é essencial entender o significado dos mercados para a nossa cidade. Os mercados municipais são espaços cheios de signos e representações. São frutos das relações entre o homem e o seu meio. Ao analisarmos esses espaços dessa maneira podemos compreender que eles participam da vida comunitária da população local de forma mais complexa do que somente através das relações de produção, compra e venda. Compreende-se a função social que vai além das funções econômicas e de abastecimento, onde as transações econômicas estão relacionadas a diversos outros fatores e arranjos socioculturais.

Com tamanha importância para a cidade de Belo Horizonte, não podemos admitir que esses espaços sejam modificados com objetivo de se tornarem shoppings centers, estacionamentos ou qualquer outro tipo de espaço que venha descaracterizar esses equipamentos.

Cada equipamento nessa lista possuem características diferentes e nem todas são propensas a exploração para obtenção de lucro. O Mercado da Lagoinha por exemplo acolhe cursos e programas voltados para a área de alimentação, qualificação e formação de mão de obra para várias atividades de produção e atendimento ao consumidor. É um instrumento importante para a viabilidade de uma política pública muito importante, principalmente no atual contexto de desemprego. A Central de Abastecimento Municipal do Bairro São Paulo cumpre o papel de centralizar a distribuição dos alimentos utilizados nas merendas das escolas municipais. Nesses casos, como se daria a relação entre os entes privados e essas atividades que não são lucrativas? São atividades que não terão investimentos e que, obviamente, não podem ser esvaziadas. Por esses motivos é que se torna imprescindível que o poder público e a sociedade participem ativamente da administração desses espaços, mesmo que seja de forma compartilhada com a iniciativa privada.

Os instrumentos de concessão de serviços públicos a agentes privados, por meios diversos, podem até ser utilizados desde que não descaracterizem a ação do Estado e seu papel estratégico, e sobretudo mantendo-se suas capacidades de direcionamento e fiscalização perante os concessionários. Isso determina um conjunto de poderes do Estado, seja voltado ao direcionamento político/administrativo na implementação de políticas públicas, o que implica na coordenação dos agentes concessionários; seja na natureza técnica e política, com o objetivo de enfrentar os poderes constituídos, especialmente os que tendem a se apropriar privadamente dos recursos públicos; seja

voltado à fiscalização dos agentes privados, o que implica impor-lhes punições severas caso transgridam as regras estabelecidas; seja através do controle social por meio de abertura à sociedade com instrumentos que possibilitem a execução desse conceito.

A gestão pública significa a existência regular de concursos públicos, carreiras públicas, treinamento e qualificação do corpo burocrático, ampliação dos percentuais de funcionários públicos em cargos estratégicos, transparência, abertura de canais de participação e controle social, e, sobretudo, a compreensão de que a gestão pública tem características e objetivos distintos da administração privada. Antes de abrir-se a terceiros, deve-se qualificar o poder público para que seja eficaz, eficiente e efetivo. Ainda assim, utilizar ferramentas da gestão privada na gestão pública, como era o caso, por exemplo, do programa Gespública, descontinuada pelo Governo Temer, por motivos óbvios.

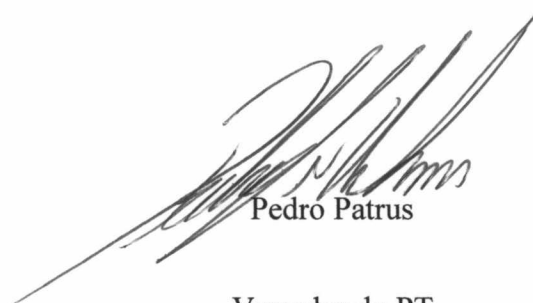
A grande inovação da gestão pública, que se faz e refaz continuamente, é criar seus próprios mecanismos capazes de induzir comportamentos, diminuir desigualdades, ofertar políticas públicas de qualidade, entre tantos outros objetivos advindos da CF88 e das demandas democráticas de movimentos sociais e do pensamento progressista. A privatização dos equipamentos estatais no sentido da concessão, necessitam do comando firme e forte do Estado Democrático de Direito, sem o qual todas as formas de privatização tornam-se verdadeiras barbáries.

Ainda no contexto ideológico sobre a lógica privatista. É necessário ressaltar que o Estado é essencial para a existência do capitalismo. As crises capitalistas – como as de 1929 e 2008 – só foram solucionadas com o papel ativo do Estado ao salvar as empresas e o próprio sistema capitalista como um todo. Nesse momento, cessam-se as críticas sobre a interferência do Estado no mercado.

## CONCLUSÃO

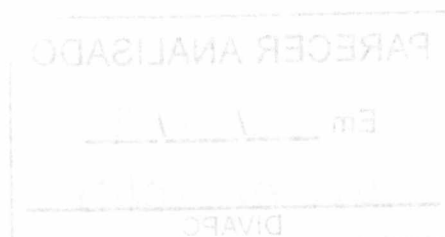
Diante do exposto o parecer é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 747/2019.

Belo Horizonte, 30 de julho de 2019



Pedro Patrus

Vereador do PT





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº 848/19

Belo Horizonte, 26/02/19

Prezada Presidente,

Recebemos a Indicação nº 56/2017, de autoria do Vereador Gabriel, sugerindo ao Executivo revisão dos valores cobrados para produção de material foto-cinematográfico, com finalidade comercial, nos parques de Belo Horizonte, bem como a elaboração de material explicativo, com vistas a estabelecer, de forma transparente, os valores cobrados em cada parque.

Ressaltando a importância da proposição legislativa apresentada, que reforça, sobremaneira, a efetiva participação, interesse e compromisso do parlamentar autor com a constante melhora da cidade, bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, e com a boa gestão e prestação de serviços públicos em Belo Horizonte, estaremos, sim, levando em consideração a sugestão proposta.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

**Adriana Branco Cerqueira**

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e  
Comunicação Social

**Exma. Sra. Presidente Vereadora Nely Aquino**  
Câmara Municipal  
**CAPITAL**

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 01 / 03 / 2019

J. P. com S16

Responsável pela distribuição

PRESENCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE BH - 28-Fev-2019-13:54-011873-1/2

CDBH\_DIREG-01/mar/19-10:24:00-000496-1

CDBH\_DIREG-01/mar/19-10:24:00-000496-2





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº

2029/19

Belo Horizonte,

30 04 19

Prezada Presidente,

Recebemos a Indicação nº 10/2019, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, sugerindo ao Executivo que não promova ações de remoção das famílias da ocupação localizada entre a Avenida Silva Lobo e as ruas Erásio Evangelista e dos Mirandas, no Morro das Pedras.

Ressaltando a importância da proposição legislativa apresentada, que reforça, sobremaneira, a efetiva participação, interesse e compromisso do parlamentar autor com a constante melhora da cidade, bem-estar e qualidade de vida dos munícipes, e com a boa gestão e prestação de serviços públicos em Belo Horizonte, estaremos, sim, levando em consideração a sugestão proposta.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**Adriana Branco Cerqueira**

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e  
Comunicação Social

**Exma. Sra. Presidente Vereadora Nely Aquino**  
Câmara Municipal  
CAPITAL

**AVULSOS DISTRIBUÍDOS**

Em 02 / 05 / 2019

*L.P. - cmstt*  
Responsável pela distribuição

CÂMARA MUNICIPAL DE BH - 30-04-2019 18:05:01.116-17

PROSINDICA

CNH DTR/EG-02/mar/19-12:13:44-001462-1



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

OF. SMAICS/GACP/Nº

4384/19

Belo Horizonte,

01/08/19

Prezada Presidente,

Recebemos a Indicação nº 537/2019, de autoria da Vereadora Bella Gonçalves, solicitando ao Executivo informações a respeito da atuação das equipes de fiscalização e da Guarda Municipal no contato direto com a população em situação de rua.

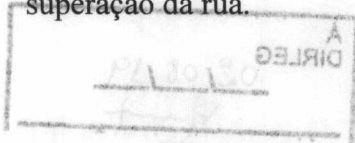
Em resposta, informamos que, conforme a Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, trata-se de órgãos diversos. A Guarda Municipal apenas acompanha as vistorias, dando suporte às abordagens e garantindo a integridade física, moral e a segurança de todos os presentes durante as ações.

A Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS atua por meio de ações da Equipe da Gestão do Espaço Público, através de um processo diferenciado de abordagem, definido a partir das diretrizes constantes na Portaria Conjunta nº 01/17, publicada em 29 de setembro de 2017.

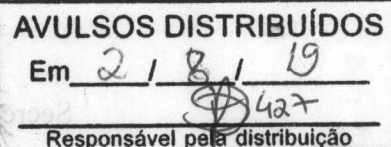
As equipes da SUFIS que atuam nesse processo são fixas; todos os envolvidos passam por capacitação periódica.

As ações fiscais, nos termos da Portaria Conjunta/2017, são de caráter orientativo e realizadas por profissionais da área social ou humana que possuem em sua formação capacitação adequada para trabalhar com questões relativas à promoção da igualdade racial e dos direitos da população LGBT.

Nas abordagens orientativas, além do trabalho de conscientização da pessoa em situação de rua, é explicado como a ação fiscal se desenvolve, em que momento ela se realizará e quais os limites da referida ação, definidos na Portaria Conjunta. Realiza-se, também, uma escuta ativa, a fim de identificar vínculos que possam auxiliar o processo daquelas pessoas para a superação da rua.



Exma. Sra. Presidente Vereadora Nely Aquino  
Câmara Municipal  
CAPITAL





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

Durante as abordagens, os profissionais identificam situações ou questões de risco a exemplo da presença de crianças, adolescentes, gestantes, pessoas com deficiência e idosos, e realizam os encaminhamentos às Secretarias de Assistência Social e da Saúde.

Há de se ressaltar que, em muitos pontos, não há necessidade de realização de ação fiscal. As próprias pessoas em situação de rua, após abordagens, organizam-se minimamente, deixando o espaço livre para o trânsito e o acesso da população.

Deve-se deixar claro que a SUFIS está aberta ao recebimento de qualquer denúncia, sugestão ou pedido de informação, contudo, nenhuma denúncia de abuso ou excesso cometido por agente foi recebida pela Secretaria ou pela Corregedoria Geral do Município.

Por fim, segue anexo modelo oficial de Auto de Apreensão utilizado para aplicação das penalidades de apreensão realizadas pela Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental.

Como não há obrigatoriedade de identificação, para as equipes, por parte das pessoas em situação de rua, no Auto de Apreensão é indicado o local, data e hora em que a ação fiscal foi realizada, com a descrição dos itens apreendidos e alguma informação sobre a pessoa em situação de rua – primeiro nome, apelido ou outra informação.

Antes de qualquer ação, verifica-se se há obstrução do logradouro público. As ações não são direcionadas às pessoas em situação de rua, e sim ao fenômeno da obstrução.

Durante as ações da Fiscalização, é garantida à pessoa em situação de rua a posse dos pertences pessoais, sendo-lhe assegurado fazer a separação, desmontagem, recolhimento e guarda dos objetos que possa portar consigo em seus deslocamentos, admitido o auxílio e a posse de um veículo de tração humana por pessoa, a exemplo dos carrinhos de recicláveis e de supermercado.

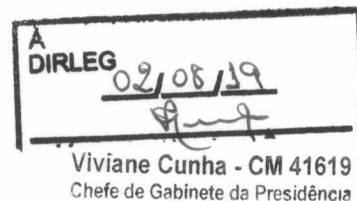
O trabalho das Equipes prima pela urbanidade e pelo respeito à dignidade, à intimidade, às necessidades e à individualidade de cada pessoa. Os casos são tratados de forma específica, buscando compreender as necessidades e o tempo de cada um. As cópias dos autos lavrados em 2019 seguem anexas.

Na oportunidade, renovamos nossos votos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,



**Adriana Branco Cerqueira**  
Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e  
Comunicação Social



CMBH\_DIRLEG-02/ago/19-11.11.08-006389-1



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

**Ofício SMPU/SMAICS nº 627/2019**

**REF.: OFÍCIO DIRLEG 1.607/19 E OF. DIRLEG Nº 1.169/19**

**REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 537/2019**

**URGENTE**

Belo Horizonte, 14 de junho de 2019.

Prezada Secretária,

Trata-se de pedido de informações encaminhado pela Vereadora Bella Gonçalves a respeito da atuação das equipes de fiscalização no contato direto com a população em situação de rua.

Nesse contexto e a partir dos questionamentos apresentados, informa-se que as Equipes da Subsecretaria de Fiscalização (SUFIS) são compostas por um profissional da área social ou humana, um Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental, agentes de campo e garis da Superintendência de Limpeza Urbana.

Informa-se, ainda, que a Guarda Municipal apenas acompanha as vistorias, dando suporte às abordagens e garantindo a integridade física, moral e a segurança de todos os presentes durante a ação - pessoas em situação de rua, munícipes que perpassam pelo local de atuação, moradores, comerciantes do entorno e membros da Equipe de Fiscalização.

Contudo, como se trata de órgão diverso, as presentes informações dizem respeito especificamente à SUFIS, deixando-se espaço à manifestação autônoma da Guarda Municipal.

Assim, a SUFIS atua por meio de ações de Gestão do Espaço Público ocupado por pessoas em situação de rua, através de um processo diferenciado de abordagem, definido a partir das diretrizes constantes na Portaria Conjunta Nº 01/17, publicada em 29 de setembro de 2017.

Ilma. Sra.

**Adriana Branco Cerqueira**

**Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social**

**Avenida Afonso Pena, nº 1212 – 2º andar – Centro – BH**

**AVULSOS DISTRIBUÍDOS**

Em 02/08/2019

Adriana  
Responsável pela distribuição

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA  
Avenida Álvares Cabral, nº 217/ 6º andar – Centro – Belo Horizonte / MG  
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - [smpu@pbh.gov.br](mailto:smpu@pbh.gov.br)

DILU/GESLE – MARCELA JABÔR

1-1579900-29:04:11-19-19/06/20-037101\_HB910

PRESIDENCIA  
CAMARA MUNICIPAL DE BH-01-Ago-2019-1456-012655-1/2



Nesse contexto, cabe destacar que as equipes da SUFIS que atuam nesse processo são fixas e todos os envolvidos passam por capacitação periódica.

As ações fiscais, nos termos da Portaria Conjunta 01/17, são de caráter orientativo e realizadas por profissionais da área social ou humana, dentre os quais incluem-se profissionais que já possuem em sua formação capacitação adequada para trabalhar com as questões relativas à promoção da igualdade racial e dos direitos da população LGBT.

Nas abordagens orientativas, além do trabalho de conscientização da pessoa em situação de rua, é explicado como a ação fiscal se desenvolve, em que momento ela se realizará e quais os limites da ação fiscal, definidos na Portaria Conjunta.

Realiza-se, também, uma escuta ativa, a fim de identificar vínculos que possam auxiliar o processo daquela pessoa para a superação da rua.

Durante as abordagens orientativas, os profissionais da área social ou humana identificam situações ou questões de risco - a exemplo da presença de crianças, adolescentes, gestantes, pessoas com deficiência e idosos - e realizam os encaminhamentos às Secretarias de Assistência Social e Saúde.

Há de se ressaltar que, em muitos pontos, não há necessidade de realização de ação fiscal. As próprias pessoas em situação de rua, após abordagens orientativas, organizam-se minimamente, deixando o espaço livre para o trânsito e o acesso de todas as pessoas.

De outro lado, deve-se deixar claro que a SUFIS está aberta ao recebimento de qualquer denúncia, sugestão ou pedido de informação, contudo, nenhuma denúncia de abuso ou excesso cometido por agente foi recebida por esta Secretaria ou pela Corregedoria Geral do Município.

As ações são sempre coordenadas pelo profissional da área de ciências humanas ou sociais, que ficam incumbidos de realizar o diálogo humanizado com as pessoas em situação de rua, também durante a ação fiscal.

Só após intenso trabalho educativo, é que iniciamos as intervenções em um ponto determinado. Como o processo de diálogo é uma premissa no trabalho das Equipes da Secretaria Municipal de Política Urbana e primamos pelo respeito aos direitos das pessoas em situação de rua, não há que se falar em qualquer tipo de conduta arbitrária por parte dos membros de nossas Equipes.





Além disso, quaisquer denúncias recebidas em desfavor da atuação de servidores públicos municipais são encaminhadas e apuradas pela Corregedoria Geral do Município.

Por fim, no que tange ao Auto de Apreensão utilizado para estas ações, tem-se modelo oficial de Auto de Apreensão (arquivo anexo) utilizado para a aplicação das penalidades de apreensão realizadas pela Fiscalização de Controle Urbanístico e Ambiental.

Como não há obrigatoriedade das pessoas em situação de rua se identificarem para as Equipes, no Auto de Apreensão é indicado o local, data e hora em que a ação fiscal foi realizada, com a descrição dos itens apreendidos e alguma informação sobre a pessoa em situação de rua - primeiro nome, apelido ou alguma outra informação.

Antes de qualquer ação, verifica-se se há obstrução do logradouro público. As ações não são direcionadas às pessoas em situação de rua, e sim ao fenômeno da obstrução.

Durante as ações da Fiscalização, é garantida à pessoa em situação de rua a posse dos pertences pessoais, sendo assegurado ao mesmo fazer a separação, desmontagem, recolhimento e guarda dos objetos que possa portar consigo em seus deslocamentos, admitido o auxílio e a posse de um veículo de tração humana por pessoa, a exemplo do carrinho de recicláveis e do carrinho de supermercado.

Prima-se pela urbanidade e pelo respeito à dignidade da pessoa humana, respeitando a intimidade, as necessidades e a individualidade de cada pessoa. Os casos são tratados de forma específica, buscando compreender as necessidades e o tempo de cada um.

Seguem anexos os autos de apreensão de 2019.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

*Marcela Campos Jabôr*  
Marcela Campos Jabôr

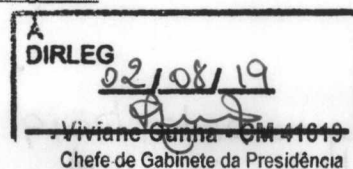
Gerente de Suporte Legislativo – BM 115.331-3

*Maria Fernandes Caldas*  
Maria Fernandes Caldas

Secretária Municipal de Política Urbana


SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA  
Avenida Álvares Cabral, nº 217/ 6º andar – Centro – Belo Horizonte / MG  
CEP: 30.170-000 – tel.: (31) 3246-0090 - [smpu@pbh.gov.br](mailto:smpu@pbh.gov.br)

DILU/GESLE – MARCELA JABÔR





Auto de Apreensão 20190005773 – por Solicitação do Senhor Edimilton de Souza foi Realizada a Guarda dos seus objetos no Depósito até que o mesmo solicite a retirada.

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE</b>		<b>AUTO DE APREENSÃO</b>		N.º DE 20190005773
<b>1 IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR</b>				
NOME <i>EDIMILTON DE SOUZA</i>				
ENDEREÇO <i>R. PADRE P. PINTO, 175 - 175</i>				
COMPLEMENTO		CEP	BARRIO	
			<i>VERDA M. S.</i>	
CPF / CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL		
<i>005131376-61</i>				
<b>2 TERMO DE APREENSÃO</b>				
PELO PRESENTE FICA O INFRATOR CERTIFICADO DAS APREENSÕES ABAIXO DISCRIMINADAS				
<i>GUARDA POR TEMPO INDETERMINADO DE PERTENCER</i>				
<i>02 Garrafas de refrigerante de laranja (refrigerante)</i>				
<i>01 Tanquinho (01 M. S. 12.0) 01 Garrafa de vidro de</i>				
<i>CONFORME LEI</i>				
<i>LEI 8614/20 PMS 307 DE 2017 DE 14/04/2018 M. S. 12.0</i>				
LOCAL DA APREENSÃO				
<i>Rua Padre P. Pinto 175 - V. NOVA</i>				
O MATERIAL APREENDIDO SERÁ DEPOSITADO NO ENDEREÇO				
<i>Rua Dur. Preto 46 - O BARRIO PRETO</i>				
ÓRGÃO FISCALIZADOR				
<i>PLANTÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</i>				
O PRAZO PARA DEFESA É DE (VINTE E CINCO) DIAS. O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS EVENTUAIS DANOS QUE POSSAM SER CAUSADOS AOS BENS DO INFRATOR, QUE SEJAM NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DOS ATOS DE REMOÇÃO E APREENSÃO CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 171 DO DECRETO 14.961/23-0				
<b>3 DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO</b>				
<i>LEI 8614/20 PMS 307 DE 2017 DE 14/04/2018 M. S. 12.0</i>				
<i>PAULA DUTRA 9958743828</i>				
DISPONDO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, HORAS, NO CASO DE PRODUTO PERECÍVEL, 30 (TRINTA) DIAS NO CASO DE PRODUTO NÃO PERECÍVEL PARA REQUERER OS(S) OBJETO(S) APREENDIDO(S) CONFORME DISPÕE O ARTIGO 171 DO DECRETO 14.961/23-0				
CAPEDIENTE DE ORIGEM		DATA	HORA	
<i>PLANTÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</i>		<i>16/04/19</i>	<i>12H30</i>	
FISCAL		BM		
<i>Paula A. R. Costa</i>		<i>470240</i>		
ASSINATURA DO NOTIFICADO		DOC. IDENTIDADE		
<i>Edimilton de Souza</i>		<i>MC 612 292</i>		
FVCA - PROCESSO 2º AUTUADO				

Resumo em 06/08/2019  
 Hebeice (284)  
 DIVAR



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE APREENSÃO

NUMERO  
20190006657

1 IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

NOME	Francisco Roberto Pereira de Oliveira	
ENDEREÇO	Vila Nova, Município de Belo Horizonte	
COMPLEMENTO	CEP	Bairro
CPF / CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	

2 TERMO DE APREENSÃO

PELO PRESENTE FICA O INFRATOR CERTIFICADO DAS APREENSÕES ABAIXO DISCRIMINADAS

Base de carne PCX

CONFORME LEI

02/12/2017 - Portaria

LOCAL DA APREENSÃO

Vila Nova, Município de Belo Horizonte

O MATERIAL SERÁ DEPOSITADO NO ENDEREÇO

Rua Cláudio Pato, 32 - Bairro Pato

ÓRGÃO FISCALIZADOR

O PRAZO PARA DEFESA É DE 15 (QUINZE) DIAS. O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS EVENTUAIS DANOS QUE POSSAM SER CAUSADOS AOS BENS DO INFRATOR QUE DEJAM NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DOS ATOS DE REMOÇÃO E APREENSÃO CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 171 DO DECRETO 14.060/2010

3 DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Código de Posturas - Artigo 6º e Anexo 1

DISPÕDO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) HORAS NO CASO DE PRODUTO PERECÍVEL, 30 (TRINTA) DIAS NO CASO DE PRODUTO NÃO PERECÍVEL PARA REGULAR O(S) OBJETO(S) APREENDIDO(S) CONFORME DISPÕE O ARTIGO 170 DO DECRETO 14.060/2010

EXPEDIENTE DE ORIGEM

DATA

02/12/19

HORA

FISCAL

BM

ASSINATURA DO NOTIFICADO

DOS IDENTIFICADOS

1ª VIA - PROCESSO / 2ª - AUTUADO

11/05/2018 - GELSP

FORM - 01/2013 - 1

05:2010 611578



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

**AUTO DE APREENSÃO**

NÚMERO  
20190005722

**1 IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR**

NOME		
ENDEREÇO		Nº
COMPLEMENTO	CEP	BAIRRO
CPF / CNPJ		INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**2 TERMO DE APREENSÃO**

PELO PRESENTE FICA O INFRATOR CERTIFICADO DAS APREENSÕES ABAIXO DISCRIMINADAS:


CONFORME LEI

LOCAL DA APREENSÃO

O MATERIAL APREENDIDO SERÁ DEPOSITADO NO ENDEREÇO

ORGÃO FISCALIZADOR

O PRAZO PARA DEFESA É DE 15 (QUINZE) DIAS. O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZARÁ PELOS EVENTUAIS DANOS QUE POSSAM SER CAUSADOS AOS BENS DO INFRATOR, QUE SEJAM NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DOS ATOS DE REMOÇÃO E APREENSÃO CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 171 DO DECRETO 14.060/2010.

**3 DISPOSITIVO LEGAL TRANSGRIDIDO**


DISPONDO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) HORAS, NO CASO DE PRODUTO PERECÍVEL; 30 (TRINTA) DIAS NO CASO DE PRODUTO NÃO PERECÍVEL PARA REQUERER O(S) OBJETO(S) APREENDIDO(S) CONFORME DISPÕE O ARTIGO 170 DO DECRETO 14.060/2010.

EXPEDIENTE DE ORIGEM	DATA	HORA
FISCAL		BM
ASSINATURA DO NOTIFICADO		DOC. IDENTIDADE

1ª VIA - PROCESSO / 2ª - AUTUADO

11/05/2018 - GEE5P

FPM - 01807003 - G/S



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE APREENSÃO

NÚMERO  
20190005723

1 IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

NOME <i>Veículos não identificados</i>		
ENDEREÇO <i>Rua do Outono</i>		Nº <i>351</i>
COMPLEMENTO <i>Apartamento Frontal</i>	CEP <i>—</i>	BAIRRO <i>Carmo</i>
CPF/CNPJ <i>—</i>	INSCRIÇÃO MUNICIPAL <i>—</i>	

2 TERMO DE APREENSÃO

PELO PRESENTE FICA O INFRATOR CERTIFICADO DAS APREENSÕES ABAIXO DISCRIMINADAS:

*02 (duas) barracas do Campinho, sendo que uma na cor preta e laranja - licença nº 1618950 e outra na cor preta e azul - licença nº 001936318.*

CONFORME LEI

*Lei 8.616/03, art. 6º A, 17 e 19*

LOCAL DA APREENSÃO

*Rua do Outono, nº 351*

O MATERIAL APREENDIDO SERÁ DEPOSITADO NO ENDEREÇO

*Rua Ouro Preto, 46 - Bairro Preto (CENTRO)*

ÓRGÃO FISCALIZADOR

*SUFIS/SHPU*

O PRAZO PARA DEFESA É DE 15 (QUINZE) DIAS. O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZARÁ PELOS EVENTUAIS DANOS QUE POSSAM SER CAUSADOS AOS BENS DO INFRATOR, QUE SEJAM NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DOS ATOS DE REMOÇÃO E APREENSÃO CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 171 DO DECRETO 14.080/2010.

3 DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

*Item 1 do Anexo I do Decreto 14.060/2010, que reestrutura as arts. 6º A, 17 e 19 da Lei 8.616/03 e Portaria Conjunta nº 01/2014*

DISPÕDO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) HORAS, NO CASO DE PRODUTO PERECÍVEL; 30 (TRINTA) DIAS NO CASO DE PRODUTO NÃO PERECÍVEL PARA REQUERER O(S) OBJETO(S) APREENDIDO(S) CONFORME DISPÕE O ARTIGO 170 DO DECRETO 14.080/2010.

EXPEDIENTE DE ORIGEM <i>Rota Plançada SHPU</i>	DATA <i>06/06/2019</i>	HORA <i>15:30hs.</i>
FISCAL <i>[assinatura]</i>	BM <i>24.904-6</i>	
ASSINATURA DO NOTIFICADO <i>Barracas estavam abandonadas</i>	DOC. IDENTIDADE	

1ª VIA - PROCESSO / 2ª - AUTUADO

11/05/2018 - GEESP

*- Liberado pela Equipe do Cestão do Espaço Pd*

PRM - 01807003 - G/S



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

AUTO DE APREENSÃO

NÚMERO  
20190005722

1 IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR

NOME Não identificado		
ENDEREÇO Rua Bernardo Guimarães		Nº 1444
COMPLEMENTO Em frente à UNA	CEP	BAIRRO Lourdes
CPF / CNPJ	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	

2 TERMO DE APREENSÃO

PELO PRESENTE FICA O INFRATOR CERTIFICADO DAS APREENSÕES ABAIXO DISCRIMINADAS:

01 (um) sofá pelo do Três Luaretes e 01 (uma) base  
do cama box do colteiro — / — / —

CONFORME LEI

Arts. 6º A e 17 da Lei 8.616/03

LUGAR DA APREENSÃO

Rua Bernardo Guimarães, 1444 - passeio da UNA

O MATERIAL APREENDIDO SERÁ DEPOSITADO NO ENDEREÇO

Rua Ouro Preto, 46 - Barro Preto (GERDEPO)

ÓRGÃO FISCALIZADOR

SUFIS/SMPU

O PRAZO PARA DEFESA É DE 15 (QUINZE) DIAS. O MUNICÍPIO NÃO SE RESPONSABILIZARÁ PELOS EVENTUAIS DANOS QUE POSSAM SER CAUSADOS AOS BENS DO INFRATOR, QUE SEJAM NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DOS ATOS DE REMOÇÃO E APREENSÃO CONFORME DISPÕE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 171 DO DECRETO 14.060/2010.

3 DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO

Item 1 do Anexo I do Decreto 14.060/2010, que  
regulamenta os arts. 6º A, 17 e 19 da Lei Muni-  
cipal 8.616/03 e Portaria Conjunta nº 01/2017

DISPONDO DE 24 (VINTE E QUATRO HORAS) HORAS, NO CASO DE PRODUTO PERECÍVEL; 30 (TRINTA) DIAS NO CASO DE PRODUTO NÃO PERECÍVEL PARA REQUERER O(S) OBJETO(S) APREENDIDO(S) CONFORME DISPÕE O ARTIGO 170 DO DECRETO 14.060/2010.

EXPEDIENTE DE ORIGEM Planejamento Pop Rua	DATA 30/05/2019	HORA 10:15 hs.
CAL [assinatura]	BM 47.904-0	
ASSINATURA DO NOTIFICADO Não identificado	DOC. IDENTIDADE	

1ª VIA - PROCESSO / 2ª - AUTUADO

11/05/2018 - GEESP

Obs: Ação realizada pela Equipe do Gestão do Espaço Público